
LÍGIA AMÂNCIO

Instituto Superior de Ciências do Trabalho
e da Empresa (ISCTE)
Centro de Investigação e Estudos
de Sociologia (CIÉS)

As Assimetrias nas Representações do Género

9

Neste artigo discutimos os limites de alguns modelos da psicologia social entre as categorias sexuais, em particular o modelo dos papéis sexuais e o modelo da androginia, e propomos o modelo psicossociológico da dominação simbólica.

A discussão e crítica dos modelos será acompanhada dos resultados da nossa própria investigação empírica

que, partindo da hipótese da assimetria nos processos de estereotipia, expectativas de comportamento e atribuição causal, mostra claramente que o pensamento social sobre as categorias sexuais não define pessoas simplesmente diferentes, mas sim uma pessoa específica que assume significado no quadro de uma função social.

A noção de género enquanto construto definidor de uma subjectivização do sexo biológico impôs-se na psicologia social americana a partir dos anos 70 (Unger, 1986). Com a introdução deste conceito os psicólogos sociais demarcavam-se da noção de sexo enquanto característica individual dos sujeitos, noção que assentava num paralelismo entre sexo biológico e sexo psicológico e que dera origem a uma psicologia diferencial dos sexos cujos pressupostos, além de se traduzirem em resultados inconsistentes (Maccoby e Jacklin, 1974) se distinguiam mal dos próprios preconceitos dos autores dos estudos (Shields, 1975).

A partir do momento em que a variável sexo é conceptualizada enquanto característica social, ou seja um critério de categorização social ao qual estão associados conteúdos descritivos (Tajfel, 1972) e normativos de modos de ser e de se comportar, o objecto de análise desloca-se das diferenças entre homens e mulheres para se centrar nos sistemas de crenças associados ao género (Deaux, 1985). No entanto, a deslocação do objecto de análise não foi acompanhada, pelo menos na psicologia social americana

Introdução

que é sem dúvida a mais rica nesta área de investigação, por uma deslocação no nível de análise em que se situam as explicações (Doise, 1982), o que leva alguns psicólogos sociais europeus a criticar os seus colegas americanos por participarem mais para o levantamento de novas questões do que para o seu esclarecimento (Hurtig; Pichevin, 1986).

Assim, os estudos sobre os estereótipos sexuais mostram que os traços de instrumentalidade, independência e dominância são associados ao masculino e que os traços de expressividade, dependência e submissão são associados ao feminino. Estas dimensões de diferenciação entre as imagens de pessoa masculina e feminina emergem mesmo em estudos transculturais (Williams e Best, 1986) e as revisões (Huici, 1984) sobre esta área de investigação salientam o elevado consenso que elas suscitam. Os traços dos estereótipos estão, por sua vez, associados a expectativas de comportamento sob a forma de teorias implícitas da personalidade (Ashmore, 1981; Ashmore e DelBoca, 1979) que orientam a saliência perceptiva de determinados comportamentos, assim como os juízos avaliativos sobre esses comportamentos. As explicações para o comportamento de actores do sexo masculino e feminino são também orientadas por estas imagens de pessoa, traduzindo-se no caso dos actores do sexo masculino em atribuições internas para o sucesso em situações de desempenho, enquanto que no caso dos actores do sexo feminino o mesmo sucesso na mesma situação é atribuído a causas externas e circunstanciais (Deaux, 1984).

No entanto, estes processos de diferenciação entre os géneros são explicados pelos diferentes papéis atribuídos a homens e mulheres na sociedade (Deaux, 1984, 1985) que são internalizados através da socialização, de modo que a orientação aprendida de papel adequado à identidade do género e as expectativas que lhe estão associadas surgem como principais determinantes, tanto das diferenças entre os sexos, como da diferenciação entre os géneros (Eagly, 1988). Nesta perspectiva, as crenças associadas ao género aparecem como um dado objectivo e explicativo em si mesmo e na vida dos indivíduos, mas não no sistema social que os precede e que orienta os próprios processos de socialização. Ficam assim por esclarecer os processos de diferenciação intersexos num plano simbólico, assim como a sua relação com as posições objectivas que homens e mulheres ocupam na sociedade.

De facto, os papéis sexuais são assumidos como diferentes mas simétricos. O exemplo mais paradigmático desta perspectiva encontra-se no modelo da androginia desenvolvido por Sandra Bem nos anos 70 (Bem, 1986) e cuja hipótese central é a de que os indivíduos andróginos possuem uma auto-estima mais elevada e são capazes de se envolver eficazmente numa maior variedade de situações do que os que internalizaram a orientação de papel adequada ao seu sexo. Os resultados confirmam a maior capacidade de envolvimento em diversas situações no caso dos homens tanto masculinos como andróginos, mas o envolvimento das mulheres, sejam elas femininas ou andróginas só se verifica em contextos tipicamente femininos. Além disso, uma reanálise recente de vários estudos efectuados no âmbito da hipótese da androginia (Lorenzi-Cioldi, 1988) salienta alguns resultados negligenciados pela autora como o facto de a inclusão na categoria andrógina ser significativamente mais frequente no caso dos indivíduos do sexo masculino.

Contrariamente aos seus objectivos, o modelo da androginia contribuiu afinal para evidenciar a diversidade de competências e orientações do papel masculino relativamente à especificidade do papel feminino, assim como o efeito desta assimetria na própria significância das situações, uma vez que os comportamentos considerados andróginos mantêm um significado masculino. A maior adaptabilidade dos homens a diferentes situações e a desejabilidade dos traços masculinos para ambos os sexos que mostram os estudos sobre a androginia resultam portanto do facto de nas nossas sociedades, como afirma Lorenzi-Cioldi (1988), a orientação do papel masculino ser muito semelhante ao modelo dominante de individualidade. As investigações efectuadas por este autor para confirmar esta hipótese mostram que o modelo dominante de individualidade, caracterizado pela procura da singularidade através da diferenciação entre si e os outros e da diferenciação entre o seu grupo e o outro grupo é predominantemente masculino.

Também os resultados de algumas investigações sobre os sistemas de crenças associados ao género permitem duvidar que os papéis sexuais sejam meramente diferentes. Os estudos sobre os estereótipos revelam, por exemplo, que há menos traços associados ao feminino do que ao masculino. Se nos centrarmos numa análise qualitativa, verificamos que a imagem masculina contém mais traços

socialmente positivos (Broverman *et al.*, 1972) e sobrepe-se a imagens 'universais' como a imagem da pessoa adulta ou mesmo da nacionalidade (Eagly e Kite, 1987), enquanto que há mais sobreposição entre os traços descritores do feminino e os traços descritores dos papéis familiares, tanto da mãe, como do pai, como de ambos (Deaux *et al.*, 1985). Por outro lado, os estudos sobre as teorias implícitas mostram que o comportamento desviante em relação à orientação do estereótipo se torna mais saliente e suscita juízos mais negativos no caso das mulheres do que no caso dos homens.

O denominador comum destes resultados não é só o facto de que as percepções, avaliações e expectativas de comportamento suscitadas pela variável sexo são diferentes, mas que esta diferença assume um significado assimétrico. Torna-se portanto necessário mostrar que os conteúdos caracterizadores do género masculino e feminino, as orientações normativas do comportamento de homens e mulheres e as dimensões explicativas desse comportamento estão interligadas em representações que estabelecem uma assimetria entre os sexos e que esta forma de pensamento social justifica e legitima as diferentes posições objectivas dos dois sexos. Foi para responder a este objectivo que efectuámos um conjunto de investigações (Amâncio, 1989), das quais seleccionámos para apresentar aqui as que melhor evidenciam as assimetrias nas imagens de pessoa e nas funções normativa e explicativa das orientações comportamentais que lhes estão subjacentes.

As imagens de pessoas

Num primeiro estudo exploratório pedimos a 188 sujeitos de ambos os sexos, trabalhadores e não trabalhadores, de idades compreendidas entre os 20 e os 45 anos e todos estudantes universitários do 3º ano de cursos diferentes, que se descrevessem a si próprios, a uma pessoa do mesmo sexo e a uma pessoa do sexo oposto. A partir deste material construímos uma tabela de frequências que foi submetida a uma análise factorial de correspondências (AFC). Esta técnica de tratamento de dados permite combinar uma análise quantitativa e qualitativa dos conteúdos, porque representa os resultados em eixos factoriais que definem relações de proximidade e distância entre universos semânticos, os grupos que os produzem e os estímulos a que se referem, que são ainda interpretáveis em termos de dimensões de diferenciação.

Dos resultados deste primeiro estudo interessa aqui salientar que ao nível das dimensões de diferenciação entre os géneros, a interpretação dos universos semânticos definidos pela AFC confirma a associação dos traços de instrumentalidade e dominância aos estímulos masculinos e a associação dos traços de submissão e expressividade aos estímulos femininos. Quanto às diferenças entre os sexos, este primeiro estudo mostrou que no caso dos homens a imagem de si próprios se constrói num universo semântico muito semelhante ao da imagem do grupo, embora esta proximidade de conteúdos entre a imagem de si e do grupo seja mais acentuada para os trabalhadores, enquanto que no caso das mulheres, trabalhadoras ou não, a imagem de si próprias se constrói num universo semântico que se opõe ao da imagem do grupo.

A partir dos campos semânticos obtidos no estudo anterior seleccionámos 94 adjectivos, que representavam a variedade do vocabulário produzido por homens e mulheres e por trabalhadores e não-trabalhadores, considerando sempre que possível, os traços obtidos em mais de um campo semântico. A lista de 94 traços em ordem alfabética foi apresentada a 182 sujeitos com as mesmas características dos do estudo anterior. Metade destes sujeitos classificaram os traços em masculinos e femininos, de acordo com instruções que apelavam explicitamente ao seu conhecimento sobre os estereótipos sexuais na sociedade portuguesa e não à sua opinião pessoal. A outra metade dos sujeitos pedimos que classificassem os traços em positivos (qualidades) ou negativos (defeitos) na pessoa adulta, baseando-se também, neste caso, na imagem do adulto na nossa sociedade e não na sua opinião.

Este procedimento permitiu-nos, por um lado, identificar os conteúdos dos estereótipos masculino e feminino, através da selecção dos traços que reuniram o maior consenso neste tipo de classificação. Tal como noutros estudos semelhantes (Doise; Weinberger, 1972-73) utilizámos o critério de 75% das respostas numa forma de classificação, mas aplicado a cada um dos grupos de sujeitos (homens-trabalhadores, mulheres-trabalhadoras, homens-não trabalhadores e mulheres-não trabalhadoras) pelo que os resultados que apresentamos a seguir, no Quadro 1, exprimem um consenso entre os sexos e entre grupos com diferentes inserções sociais. Por outro lado, as classificações em positivo e negativo permitiram-nos obter ainda a avaliação de cada um dos traços tendo por referência a imagem universal de adulto.

Quadro 1

OS ESTEREÓTIPOS SEXUAIS

Afectuosa	F +	Feminina	F
Ambicioso	M	Forte	M +
Audacioso	M +	Frágil	F
Autoritário	M	Independente	M +
Aventureiro	M	Machista	M
Bonita	F +	Maternal	F
Carinhosa	F +	Meiga	F +
Corajoso	M +	Paternalista	M
Dependente	F -	Rígido	M
Desinibido	M +	Romântica	F
Desorganizado	M -	Sensível	F +
Dominador	M -	Sentimental	F
Elegante	F +	Sério	M +
Emotiva	F	Submissa	F -
Empreendedor	M +	Superior	M
		Viril	M

A assimetria nas imagens associadas ao sexo masculino e feminino revela-se, de acordo com estes resultados, nos seguintes aspectos: por um lado, há menos características tipicamente femininas do que características tipicamente masculinas e a relação entre os traços positivos e negativos (6/3) é mais desfavorável no estereótipo feminino do que no masculino (7/2). Por outro lado, se nos centrarmos nos conteúdos, verificamos que o estereótipo feminino inclui a própria designação da categoria a que se refere 'feminina' e inclui também um traço orientado para uma função social 'maternal', mas isto não acontece no estereótipo masculino. A relação entre conteúdos e avaliações mostra que o estereótipo feminino engloba traços físicos e afectivos, que apontam para o papel das mulheres na família e que são considerados positivos, traços de dependência e submissão que são globalmente considerados negativos e traços relacionados com as emoções e a expressão de sentimentos que não reúnem consenso quanto à avaliação. O estereótipo masculino, no entanto, não inclui traços físicos, não apresenta nenhuma dimensão globalmente considerada negativa e não aponta para nenhum papel ou função específicos, antes é composto por uma diversidade de competências do adulto.

As normas de comportamento

Procurámos, em seguida, analisar em que medida os estereótipos contribuem para imprimir um significado masculino e feminino aos comportamentos e em que medida as orientações comportamentais neles contidas desempenham uma função normativa para actores homens e mulheres. Foram estes objectivos que orientaram o estudo seguinte sobre uma tomada de decisão no contexto organizacional. Para a selecção do contexto procedemos à análise de conteúdo de 10 entrevistas que efectuámos com quadros superiores de ambos os sexos, desempenhando ou tendo desempenhado funções de chefia e a quem pedíamos que nos relatassem as situações de tomada de decisão que mais os haviam marcado na sua carreira profissional. Uma vez que as decisões mais frequentemente recordadas pelos entrevistados se referiam a problemas de ordem disciplinar, escolhemos uma destas situações em que um funcionário desviava uma soma considerável de dinheiro.

A metodologia experimental que adoptámos neste estudo implicou a redacção de oito versões do mesmo episódio onde só variavam as informações relevantes para as condições experimentais definidas pelos 4 níveis da variável categoria do autor da decisão (um homem, uma mulher, um chefe de serviço ou um director de pessoal) e pelos 2 níveis da variável tipo de decisão (formal ou interpessoal). A operacionalização da decisão baseou-se nas alternativas descritas por um dos entrevistados e que se adequavam particularmente aos nossos objectivos: uma decisão que designámos por formal e que consistia em punir o funcionário com um processo disciplinar e uma decisão que designámos de interpessoal que consistia em ajudar o funcionário, concedendo-lhe um prazo para repor o dinheiro.

Participaram nesta experiência 176 sujeitos de ambos os sexos (88 homens e 88 mulheres), todos eles trabalhadores e estudantes dos mesmos cursos de duas escolas superiores de Lisboa (média de idade = 28.4 anos). O questionário contendo o episódio e as variáveis dependentes era apresentado aos sujeitos como um estudo sobre formação de impressões. Depois de lerem o episódio, os sujeitos respondiam a uma série de questões sobre o autor da decisão entre as quais se pedia a sua caracterização numa lista de 25 traços apresentados em ordem alfabética. Esta lista incluía 9 traços masculinos e 5 traços femininos, de entre os que se encontram no Quadro 1 em cima e as respostas eram dadas numa escala de 1 a 5 (1 = não se aplica nada ao autor

da decisão, 5 = aplica-se muito ao autor da decisão). O critério de selecção destes traços baseou-se na sua adequação à situação, mas foram respeitadas a proporção de traços de cada estereótipo, a relação entre traços positivos e negativos e a representação de todas as dimensões. Como se pode ver no quadro seguinte, os resultados da análise de variância mostram que a variável decisão foi a que produziu maior número de efeitos nos traços dos estereótipos.

Quadro 2
TRAÇOS ASSOCIADOS A DECISÃO (médias)

Decisão		Formal	Interpessoal	F(1,160)	p =
Autoritário	M	4.10	2.16	144.90	.0001
Dominante	M -	3.67	1.93	101.69	.0001
Dependente	F -	2.90	1.88	23.95	.0001
Frágil	F -	2.43	1.77	12.48	.001
Superior	M	3.32	2.86	6.09	.01
Sensível	F +	1.77	4.10	222.59	.0001
Sentimental	F	1.74	3.58	127.03	.0001
Paternalista	M	1.65	3.44	106.96	.0001
Afectuoso	F +	2.08	3.67	93.42	.0001
Corajoso	M +	3.10	4.00	22.50	.0001
Audacioso	M +	2.91	3.61	16.54	.0001
Aventureiro	M	1.91	2.69	16.91	.0001
Forte	M +	3.03	3.64	11.20	.001
Independente	M +	2.88	3.32	5.09	.02

No entanto, os valores das médias revelam uma 'mobilidade' dos traços masculinos entre as decisões que não tem equivalência nos traços femininos. O tipo de decisão polariza fortemente os traços 'sentimental', 'sensível' e 'afectuoso' que são associados à decisão interpessoal, enquanto que 'dependente' e 'frágil' tendem a ser mais associados à decisão formal. Pelo contrário, vários traços masculinos apresentam médias elevadas em ambas as decisões, como 'audacioso', 'corajoso', 'forte' e 'independente' e a polarização das médias verifica-se nos traços 'autoritário' e 'dominador' que são mais associados à decisão formal e no traço 'paternalista' que é mais associado à decisão interpessoal. Assim se compreende que tenhamos encontrado um efeito principal da decisão no estereótipo feminino (este score resulta da soma de todos os traços femininos/5) que mostra que este conjunto de traços é

significativamente associado à decisão interpessoal ($F(1,160) = 67.13$, $p = .0001$), mas não tenhamos obtido qualquer efeito significativo no estereótipo masculino no seu conjunto.

Por outro lado, os actores homem e mulher são considerados mais 'autoritários' ($F(3,160) = 3.70$, $p = .01$), 'dominantes' ($F(3,160) = 2.15$, $p = .10$) e 'superiores' ($F(3,160) = 2.99$, $p = .03$) quando tomam a decisão formal do que quando tomam a decisão interpessoal, mas as médias mais elevadas dos traços 'autoritário' e 'dominador' verificam-se no caso do actor mulher, como mostra o Quadro 3:

17

Quadro 3
TRAÇOS ASSOCIADOS AOS ACTORES EM FUNÇÃO
DA DECISÃO (médias)

	Decisão Homem	Formal Mulher	Decisão Homem	Interpessoal Mulher
Autoritário	4.09	4.41	1.86	1.95
Dominante	3.82	3.95	1.68	2.00
Superior	3.82	3.41	2.59	2.68

Estes resultados mostram que no contexto analisado há um comportamento tipicamente feminino, mas não há nenhum comportamento tipicamente masculino. O comportamento feminino, por outro lado, não mantém a sua especificidade, nem sequer é associado ao actor mulher, mas androginiza-se através de traços que indicam autonomia e poder simbólico, sem dúvida porque a decisão interpessoal é percebida como desviante em relação às normas organizacionais. Também aqui se verifica que a androginia se traduz na atribuição de um significado masculino aos conteúdos femininos. Por outro lado, também não há actores tipicamente masculinos ou femininos. No entanto, os traços mais negativos e orientadamente dominantes do estereótipo masculino são atribuídos ao actor mulher que toma uma decisão não-feminina. Isto significa que as orientações comportamentais expressas nos conteúdos simbólicos dos estereótipos são normativas para as mulheres, mas não para os homens, porque é no caso delas que os juízos são orientados por expectativas de adequação ou não adequação dos seus comportamentos às fronteiras delimitadas pelos estereótipos.

As explicações do comportamento

18

O objectivo do último estudo que aqui apresentamos era a análise da função explicativa dos conteúdos associados ao masculino e ao feminino. A metodologia adoptada é, uma vez mais, experimental e o episódio é o mesmo do estudo anterior com algumas alterações na redacção, uma vez que as variáveis sexo do actor e estatuto do actor na organização variavam concomitantemente e portanto os actores eram simultaneamente caracterizados por uma categoria do género, através de um nome fictício, e por uma posição hierárquica. As variáveis dependentes eram, neste caso, 12 explicações e a tarefa dos 112 sujeitos que participaram nesta experiência consistia em responder numa escala de 1 a 5 em que medida cada uma delas explicava o comportamento do actor (1 = não explica nada e 5 = explica muito bem). Estas 12 frases resultaram da análise de conteúdo das explicações fornecidas pelos sujeitos que haviam participado na experiência anterior (total = 402 frases) e de um estudo por questionário sobre as dimensões causais que elas exprimiam (para mais detalhes sobre estes estudos ver Amâncio, 1989:313-325).

Procedemos a uma análise factorial de componentes principais das 12 causas, a fim de obter as estruturas de causalidade relevantes para os sujeitos e submetemos em seguida os scores factoriais a uma análise de variância para analisar os efeitos das variáveis independentes naquelas estruturas de causalidade. Da solução factorial obtida apresentamos, no quadro seguinte, as estruturas de causalidade definidas pelos dois primeiros factores.

Quadro 4

DIMENSÕES EXPLICATIVAS DO COMPORTAMENTO (resultados da análise factorial)

	Factor 1	Factor 2
Resolveu dar uma oportunidade	.85	-.13
É uma pessoa compreensiva	.82	-.06
Teve em conta os antecedentes	.73	.02
Perdeu a confiança	-.64	.32
Responsável pelo bom funcionamento	.00	.83
Esse é o seu dever	-.08	.77
Solução mais correcta neste caso	-.29	.69
% de variância explicada	28.5%	14.8%

O factor 1 exprime uma causalidade relacional, visto que todas as causas nele representadas salientam a natureza relacional da decisão, e opõe uma causalidade relacional positiva a uma causalidade relacional negativa. O factor 2 apresenta uma estrutura de causalidade que exprime uma ética organizacional, visto que as causas nele representadas têm a ver com o desempenho de um papel na organização às quais se associa um juízo positivo.

Os resultados da análise de variância mostram que a causalidade relacional explica melhor a decisão interpessoal ($F(1,96) = 175.04, p = .0001$) e tende a ser mais atribuída ao actor do sexo feminino ($F(1,96) = 3.15, p = .08$), mas a maior diferença entre os actores homem e mulher encontra-se nas condições de tomada de decisão formal e não quando tomam a decisão interpessoal ($F(1,96) = 3.26, p = .07$). A causalidade baseada na ética organizacional explica melhor a decisão formal ($F(1,96) = 8.88, p = .004$) e tende ainda a ser mais atribuída ao actor do sexo feminino ($F(1,96) = 3.39, p = .07$).

De acordo com estes resultados, a explicação do comportamento de homens e mulheres traduz a assimetria na normatividade dos conteúdos simbólicos associados aos géneros e que havíamos mostrado no estudo anterior. De facto, do mesmo modo que no estudo anterior os actores do sexo feminino eram percebidos como 'masculinos' quando o seu comportamento ultrapassava os limites definidos pela 'feminilidade', o que este último estudo mostra é que o comportamento das mulheres, ou se explica pelas normas de comportamento relacional contidas no estereótipo feminino, ou pela normas do contexto, neste caso organizacional.

No seu conjunto, estes resultados evidenciam o facto de que homens e mulheres partilham uma representação de pessoa feminina que a situa numa posição específica do sistema social, ao contrário da pessoa masculina que é representada como universal. A especificidade da pessoa feminina socialmente representada surge, desde logo, na presença do traço 'feminina' no estereótipo feminino. Esta definição de pessoa a partir de uma pertença categorial é comum a muitos outros grupos dominados (Deschamps, 1982) e traduz a invisibilidade dos indivíduos numa condição colectiva. A representação de si dos membros destes grupos torna-se, deste modo, conflituosa na medida em que a procura da individualidade implica uma ruptura com os conteúdos simbólicos associados à sua categoria mas que

Conclusão

também são socialmente desejáveis. Assim se compreende que no primeiro estudo se tenha verificado uma oposição entre as imagens de si e as imagens do grupo no caso das mulheres, enquanto que no caso dos homens estas duas imagens partilhavam um mesmo universo semântico.

A especificidade da pessoa feminina é ainda revelada pela atribuição que lhe é feita de uma função social. A representação do feminino define um ser contextualizado no espaço privado da família e dos sentimentos, enquanto que o masculino é representado como um ser universal. Consequentemente, a expressão comportamental do feminino está limitada por fronteiras claras, que orientam tanto os juízos, como a procura de causalidade por parte dos observadores. De facto, um denominador comum nos resultados dos dois últimos estudos é a visibilidade dos actores do sexo feminino para os observadores, que não é contraditória com a sua invisibilidade individual numa condição colectiva, antes se articula com ela. É precisamente porque o significado da feminilidade é colectivo e depende de um contexto específico que o posicionamento de uma mulher em contextos supostamente 'atípicos' a torna saliente aos olhos dos observadores.

Não basta ver, portanto, nas representações do género uma distinção 'natural' entre os sexos, mas é necessário considerar que esta distinção 'natural' se estabelece entre seres universais e seres situacionais. Nesta perspectiva, a capacidade explicativa da internalização dos papéis sexuais, ou mesmo das funções sociais dos estereótipos (Tajfel, 1983) na análise dos processos de diferenciação entre os géneros tem que ser relativizada pelas diferentes posições objectivas dos grupos e é esta variável estrutural, mais do que a simples passagem da noção de sexo à noção de género, que permite esclarecer aqueles processos. A nossa investigação mostra, precisamente, que as representações sobre homens e mulheres categorizam e distinguem os dois grupos de uma forma que justifica e legitima a natureza assimétrica da relação entre eles. ■

**Referências
Bibliográficas**

- Amâncio, Ligia 1989 *Factores Psicossociológicos da Discriminação da Mulher no Trabalho*, Tese de Doutoramento, ISCTE.
- Ashmore, R.D. 1981 "Sex Stereotypes and Implicit Personality Theory", in D.L. Hamilton (org.), *Cognitive Processes in Stereotyping and Intergroup Behavior*. Hillsdale, New Jersey, Erlbaum.
- Ashmore, R.D.; DelBoca, F.K. 1979 "Sex Stereotypes and Implicit Personality Theory: Toward a Cognitive-Social Psychological Conceptualization", *Sex Roles*, Vol. 5, n.º 2 (219-48).
- Bem, Sandra L. 1986 "Au-delà de l'androgynie. Quelques préceptes osés pour une identité de sexe libérée", in M.C. Hurtig e M.F. Pichevin (org.), *La Différence des sexes*. Paris, Editions Tierce [1978].
- Broverman, I.K. et al. 1972 "Sex-role Stereotypes: A Current Appraisal", *Journal of Social Issues*, Vol. 28, n.º 2 (59-78).
- Deaux, Kay 1984 "From Individual Differences to Social Categories. Analysis of a Decade's Research on Gender", *American Psychologist*, 39 (105-16).
- Deaux, Kay 1985 "Sex and Gender", *Annual Review of Psychology*, 36 (49-81).
- Deaux, K. et al 1985 "Levels of Categorization and Content of Gender Stereotypes", *Social Cognition*, 3 (145-67).
- Deschamps, Jean Claude 1982 "Social Identity and Relations of Power between Groups", in H. Tajfel (org.), *Social Identity and Intergroup Relations*. London/Paris, Cambridge University Press/Maison des Sciences de l'Homme.
- Doise, Willem 1982 *L'Explication en psychologie sociale*. Paris, Presses Universitaires de France.
- Doise, Willem; Weinberger, Monique 1972-73 "Représentations masculines dans différentes situations de rencontres mixtes", *Bulletin de Psychologie*, Vol. 24, n.º 305 (649-57).
- Eagly, Alice H. 1988 *Sex Differences in Social Behaviour: A Social-Role Interpretation*. Hillsdale, New Jersey, Erlbaum.
- Eagly, Alice H.; Kite, Mary E. 1987 "Are Stereotypes of Nationalities Applied to both Women and Men?", *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 53, n.º 3 (451-62).
- Huici, Carmen 1984 "The Individual and Social Functions of Sex Role Stereotypes", in H.Tajfel (org.), *The Social Dimension, European Developments in Social Psychology*, vol. 2. London/Paris, Cambridge University Press/Maison des Sciences de l'Homme
- Hurtig, Marie Claude; Pichevin, 1986 *La Différence des sexes*. Paris, Editions Tierce.

- Marie France (orgs.)
Lorenzi-Cioldi,
Fabio 1988 *Individus dominants et groupes dominés, images masculines et féminines*. Grenoble, Presses Universitaires.
- Maccoby, Eleanor
E.; Jacklin, C.N. 1974 *The Development of Sex Differences*. California, Stanford University Press.
- Shields, Sally A. 1975 "Functionalism, Darwinism and the Psychology of Women. A Study of Social Myth", *American Psychologist*, Vol. 30 (739-54).
- Tajfel, Henry 1972 "La catégorisation sociale", in S. Moscovici (org.), *Introduction à la psychologie sociale*. Paris, Larousse, vol. 1.
- Tajfel, Henry 1983 *Grupos Humanos e Categorias Sociais*. Lisboa, Livros Horizonte [1981].
- Unger, Rhoda K. 1986 "Pour une nouvelle définition du sexe et du genre", in M.C. Hurtig e M.F. Pichevin (orgs.), *La Différence des sexes*. Paris, Editions Tierce [1979].
- Williams, John E.;
Best, Deborah L. 1986 "Sex Stereotypes and Intergroup Relations", in W. Austin e P. Worchel (orgs.), *Psychology of Intergroup Relations*. Chicago, Nelson Hall.